

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO URBANO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA NOS SÉCULOS XVIII-XX

O estudo analisa o patrimônio imobiliário da Santa Casa de Misericórdia da Bahia entre os séculos XVIII e XX, identifica sua origem, localização, características arquitetônicas, estado de conservação, real ocupação e utilização, ao tempo que fornece elementos para uma releitura urbana da cidade do Salvador, através das relações que essa Instituição manteve com a sociedade e com os poderes públicos.

A mais antiga confraria da Misericórdia de que se tem notícia é a *Confraternitá di Santa Maria della Misericórdia*, fundada em Florença, no ano de 1244, por um grupo de clérigos, maçons e boticários (COSTA, P., 2001, p. 13). No mundo português, a primeira surgiu em Lisboa, no ano de 1498, patrocinada pela viúva de D. João II, a Rainha D. Leonor, e seu irmão, o rei D. Manuel I, sob a inspiração de Frei Miguel Contreiras, da Ordem dos Trinitários.

De acordo com Carlos Azevedo "... as raízes das confrarias medievais remontam aos collegia romanos [...] vocacionadas para o fomento da sociabilidade masculina e para o reforço das relações amigáveis entre seus componentes." As confrarias preocupavam-se, sobretudo, em reforçar solidariedades horizontais entre membros de um mesmo corpo social. Sob o ponto de vista canônico, as confrarias "... são associações de fiéis constituídas organicamente com o fim de exercerem obras de piedade ou caridade e de promoverem o culto público." (AZEVEDO, C., 2001, p. 200).

A palavra confraria, para esse autor, provém do latim *confraternitas*, também conhecida por confraternidade, fraternidade e, principalmente, irmandade, denominação que o código de Direito Canônico de 1917 reserva às pias uniões constituídas como corpo orgânico. A sua principal finalidade era dar assistência material e espiritual, sobretudo a seus membros. Pedro Penteadó amplia suas ações, ao afirmar que grande parte dessas associações assegurou a multiplicação e o fulgor das cerimônias religiosas, favorecendo a proliferação e o esplendor dos espaços de culto, garantindo uma maior procura dos atos públicos de fé e de outras formas de devoção e piedade, além de estimular o amor ao próximo e o auxílio material e espiritual aos mais necessitados. Reafirma, ainda, a importância das confrarias, no momento em que lhe atribui papel essencial "... no reforço da identidade de diferentes grupos e segmentos da sociedade, bem como nos processos de integração e de coesão comunitária, sobretudo através das suas ações de caráter festivo e de sociabilização da fé." (PENTEADO, 2000, p. 323).

No império português, os tempos modernos podem ser caracterizados por uma maior presença da Coroa Portuguesa no domínio das confrarias, intervindo até mesmo na definição de seus padrões de organização e funcionamento. A face mais visível dessa intervenção da Coroa foi o apoio e o estímulo à difusão das Irmandades da Misericórdia por todo o Reino, a partir do modelo da Santa Casa de Lisboa.

O estatuto jurídico das Misericórdias é o resultado de uma construção levada pelos monarcas portugueses junto à Santa Sé de Lisboa, que chegou a uma definição no quadro do Concílio de Trento (SILVA, 1998, p. 14). As Misericórdias definiam-se como confrarias laicas, com estatuto diferenciado em relação às confrarias eclesiais. As confrarias eclesiais deviam a sua fundação a um bispo, que tinha o direito de aprovar os seus estatutos e efetuar visitas. Como confraria laica, as Misericórdias ficavam sob imediata proteção régia, o que lhes conferia o direito de se corresponderem diretamente com o rei. Ao rei cabia aprovar os seus estatutos, conferir os privilégios respectivos e arbitrar os conflitos no seio das Misericórdias ou entre essas e outras instituições (AZEVEDO, C., 2001, p. 200).

Como resultado, a constituição dessas confrarias por todo o Reino português foi um enorme sucesso, com uma centena de Misericórdias sediadas em territórios portugueses.

Convém, entretanto, chamar a atenção para a sua autonomia administrativa. Quanto a esse aspecto, Russell-Wood (1999, p. 10) ressalta que, embora a Santa Casa tivesse sido patronizada pela Coroa, ela era uma instituição independente e não fazia parte da administração real. “Foi criada por iniciativa particular: foram os homens que, agindo *in corpore*, estabeleceram as Santas Casas no ultramar. A Mesa era eleita pelos Irmãos, e a admissão de Irmãos devia ser aprovada pela Irmandade [...] As Santas Casas agiam independentemente, mas freqüentemente em colaboração com as autoridades eclesiais e civis e com o próprio Senado.”

As Misericórdias, como todas as demais confrarias, foram de extrema importância para reforçar os elos da solidariedade humana e da fraternidade cristã, garantindo formas de atenuar as dificuldades materiais dos homens, principalmente em situação de fome, de doença, de pobreza ou de cativo, amparando crianças, inválidos e idosos, enterrando os mortos e orando por eles. Por outro lado, como expressão orgânica aceita pela Igreja, para enquadrar a vida religiosa dos leigos, elas contribuíram para o fortalecimento da vivência do catolicismo, através da prática caritativa baseada no amor ao próximo como forma de salvação individual (AZEVEDO, C., 2001, p. 459-470).

Do ponto de vista social, desempenharam um papel relevante na construção da identidade cultural, reforçando os progressos de integração comunitária e de intervenção política, nomeadamente através da criação de maiores oportunidades de exercício do poder local. Sobre isto, afirma Isabel Sá (1997, p. 264): “... as Misericórdias constituíam uma referência comum para todos os indivíduos de origem portuguesa e, dessa forma, criavam um factor de identificação com os territórios coloniais.” Para Russell-Wood (1999, p. 7; 9), “... as Santas Casas constituíram um elemento de coesão, de predictabilidade, e foram um elo entre uma série de centros urbanos fragmentados. Foi o forte pilar institucional que uniu os núcleos humanos e urbanos, num império caracterizado pela dispersão [...] a Santa Casa constituía-se numa lembrança constante das origens portuguesas, da identidade portuguesa, da lealdade ao rei de Portugal, e da comunhão com a fé católica”.

Atualmente, existem 866 Santas Casas, sendo 402 no exterior (Portugal, Espanha, Itália, França, Luxemburgo, Índia, Angola, Moçambique, República de São Tomé e Príncipe, China e Venezuela) e 464 no Brasil, das quais 34 estão no Estado da

Bahia.¹ Embora sejam Irmandades independentes, com características administrativas e atividades próprias, todas elas seguem o primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa, datado de 15 de agosto de 1498 (ver Documento 1), que dizia: “E pois o fundamento desta santa confraria e irmandade he cumprir as obras de misericórdia he necessario saber as ditas obras que sam quatorze, a saber sete sprituaes e sete corporaes.” (MELÍCIAS, 1998, p. 9).



Documento 1 - Capa do Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa

Fonte: SILVA, 1998, p. 614.

As 14 Obras de Misericórdia são:

As sete espirituais:

- . Ensinar os simples.
- . Dar bons conselhos a quem pede.
- . Castigar com caridade os que erram.
- . Consolar os tristes desconsolados.
- . Perdoar a quem errou.
- . Sofrer as injúrias com paciência.
- . Rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos.

As sete Corporais:

- . Remir os cativos e visitar os presos.
- . Curar os enfermos.
- . Cobrir os nus.
- . Dar de comer aos famintos.
- . Dar de beber aos que têm sede.
- . Dar pousada aos peregrinos e pobres.
- . Enterrar os mortos.

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia - SCMB

O Compromisso ou Estatuto da Santa Casa de Misericórdia da Bahia define, no Capítulo 1, Art. 1º: “A Santa Casa de Misericórdia da Bahia é uma Irmandade instituída, por prazo indeterminado, ao tempo do Governo de Thomé de Souza, composta por pessoas de ambos os sexos, admitidas sob a denominação de Irmãos, é uma associação beneficente, de fins não lucrativos, que se propõe ao exercício da caridade e a prestação de assistência médica e social aos enfermos desamparados, consoante os preceitos da Religião Católica Apostólica Romana.”

A data de fundação da Irmandade da Misericórdia na Bahia não é precisa. Diversos historiadores fazem menção ao ano de 1549, por ser este o de fundação da Cidade do Salvador e se acreditar que não se poderia fundar uma cidade sem a presença de um hospital. No ano de 1999, a Irmandade acolheu a sugestão de Jorge Calmon (1999, p. 3) de fixar como data comemorativa o dia 14 de dezembro de 1549: “... por ser a que recorda o pagamento do primeiro legado feito ao hospital, com a doação a ele destinada por um marinheiro, Estevam Fernandes de Tavira,

que nos meses de junho e julho de 1549 estivera internado, vindo mais tarde a falecer.”

Durante todo o período colonial, esta Santa Casa, junto com outras Irmandades religiosas e leigas, estabeleceu fortes laços com a comunidade. Pertenceram a essa Instituição governadores-gerais do Brasil, secretários, altos funcionários de governo, arcebispos, bispos e padres, bandeirantes, negociantes, senhores de engenho e oficiais do exército sob a égide da Coroa portuguesa. Desde então, representantes de importantes famílias baianas e personalidades exponenciais da sociedade integram a “árvore genealógica” dos irmãos e funcionários da Irmandade.

No âmbito administrativo, foi uma das instituições mais protegidas pela Coroa Portuguesa, que lhe concedia muitos privilégios, dentre os quais destacou-se a isenção e imunidade dos tributos. Sempre que necessário, solicitava o auxílio real, como por exemplo nos casos de dificuldades para cobrar as dívidas dos empréstimos que concedia e tomar posse de legados que lhe cabiam. Cabe lembrar que, apesar de ser protegida pelo Rei, a Misericórdia dependia de recursos privados para o financiamento dos serviços sociais. Segundo Russell-Wood (1981, p. 274) “... as contribuições da Coroa e da Câmara eram insignificantes. Os cidadãos da Bahia colonial consideravam a filantropia social como parte da tradição católica e contribuía generosamente para a Misericórdia. Faziam-se legados à irmandade no entendimento de que o capital seria emprestado e os juros assim obtidos seriam empregados em obras de caridade específicas.”

Ao longo dos seus 452 anos, a SCMB buscou o apoio dos poderes administrativos, a exemplo do que ocorreu na época em que a família real foi transferida para o Rio de Janeiro: “... um alvará de 1810 impôs a taxação sobre todo o embarque de mercadorias, ficando as Santas Casas como beneficiárias de tal medida.” (RUSSELL-WOOD, 2000, p. 33). Esse fato assegurou a manutenção do apoio régio às Misericórdias do Brasil.

Outro fato marcante foi a independência do Brasil, em 1822, que anunciou continuidades e mudanças para as Santas Casas. D. Pedro apoiou as Santas Casas no Brasil, através da aprovação da instituição de loterias, tidas como boas oportunidades para geração de receitas. De acordo com Russel-Wood (2000, p. 34): “O apoio régio, agora imperial, foi mantido. [...] Um decreto de 1833 confirmou todas as concessões previamente concedidas às Santas Casas [...] O direito das Santas Casas em utilizar os serviços funerários, como forma de geração de receita para a irmandade, foi mantido.”

O regime republicano (1889) também introduziu mudanças. O fim do padroado², instaurando a separação entre a Igreja e o Estado, atingiu não apenas as ordens religiosas, mas também as Misericórdias. Tem-se dois exemplos: o primeiro, relacionado com a administração dos cemitérios, determinava “... a secularização dos cemitérios e que estes deveriam ser entregues às respectivas câmaras.” (RUSSELL-WOOD, 2000, p. 36). O segundo, com “... a criação (1893) da Loteria Nacional no Brasil que enfraqueceu as loterias locais dedicadas às Santas Casas.” (RUSSELL-WOOD, 2000, p. 36).

Hoje, assim como muitas outras instituições, a SCMB ainda tem alguns privilégios. O fato de ser reconhecida como *Utilidade Pública* implica isenção de impostos nas esferas municipal, estadual e federal.

Durante os quatro séculos e meio de sua existência, a SCMB consolidou um vasto patrimônio. O acervo artístico-cultural compreende prataria, imaginária, alfaias, telas e prédios que integram o patrimônio imobiliário. Merece destaque especial o Arquivo Histórico, que reúne documentos da vida social baiana e constitui um dos mais completos acervos documentais das Santas Casas no mundo.³

As obras sociais

A SCMB desenvolveu diversas atividades de caráter assistencial, inspiradas, sempre, nas Obras de Misericórdia. Segundo Russell-Wood (1981, p. 274) "... a Misericórdia era a única irmandade da Bahia colonial a proporcionar uma ampla gama de serviços sociais, não apenas para seus membros mas também para a comunidade. Mantinha o único hospital geral da cidade ao qual qualquer pessoa podia ser admitida, sem consideração de raça, posição social ou crença religiosa. A Misericórdia proporcionava também um serviço fúnebre utilizável por todas as classes, desde os barões do açúcar até o mais humilde servo. Também alimentava e vestia os presos e organizava a defesa dos mercedores, por sua própria conta. Os irmãos visitavam regularmente os pobres, distribuindo esmolas de roupas e dinheiro a viúvas, indigentes e velhos. A Misericórdia administrava um grande número de doctes e os entregava a moças que tivessem merecimento. Em 1716 o Recolhimento do Santo Nome de Jesus fora inaugurado e dez anos mais tarde a irmandade instituiu a roda dos expostos."

No seu passado, a SCMB manteve o Recolhimento do Santo Nome de Jesus⁴ o Internato N^a Sr^a. da Misericórdia⁵, a Roda e o Asilo dos Expostos⁶, o Asilo de Beneficência⁷ que foi transformado numa Casa de Saúde chamada Sanatório Manoel Vitorino e o Asilo Ernestina Guimarães⁸. Atuou por 350 anos na assistência aos presos⁹, e administrou o Asilo de Medicidade¹⁰ (conhecido como Abrigo D. Pedro II) de 1895 a 1911, o Hospício São João de Deus¹¹, de 1869 a 1911, o Hospital dos Lázaros e o Cemitério Quinta dos Lázaros¹² de 1895 a 1913.



Atualmente, as atividades da SCMB concretizam-se através do Hospital Santa Izabel, do Cemitério do Campo Santo, do Plano Médico-Hospitalar Santa Saúde e do Complexo Pupileira, no qual funcionam: a Creche Juracy Magalhães, a Escola Infantil Jardim Encantado, a Escola Rosa Gattorno de Formação de Técnicos em Enfermagem e o Departamento de Ação Social, que administra as creches Santo Antônio, Coração de Maria e Cristo Redentor, todas no bairro da Paz, um dos mais carentes de Salvador.

Fotografia 1 - Prédio da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no início do século XX.

Autor: Lindemanh Gr.

O patrimônio imobiliário da SCMB

O patrimônio da SCMB é composto por imóveis diversificados quanto ao seu aspecto físico, historicidade, localização e possibilidade de gerar recursos financeiros. Nesse conjunto, encontram-se terrenos, casas, sobrados, prédios, apartamentos, salas comerciais e fazendas que passaram a pertencer a ela através de doações, permutas, pagamento de dívidas, compras etc.

A utilização desses imóveis, bem como a relação existente entre a SCMB e os seus ocupantes, é muito distinta. Eles são utilizados para fins comerciais, residenciais, institucionais e mistos, através de contratos de aluguéis formais ou verbais, comodatos, arrendamentos e aforamentos. Em alguns casos, a inexistência de qualquer vínculo caracteriza-se como invasão.

A administração desse patrimônio, constituído de imóveis antigos, envolve problemas ligados à sua conservação física, às pessoas que os utilizam e até mesmo a questões relativas ao título de propriedade. Cabe lembrar que a SCMB vem incorporando imóveis ao seu patrimônio há mais de 450 anos, e muitos deles possuem documentação antiga, com endereçamento ultrapassado, e com propriedade não reconhecida perante as Leis atuais.¹

Em termos numéricos, foram identificados 366 imóveis, dos quais 214 ainda permanecem sob a responsabilidade da SCMB. Esses 214 sofreram transformações, desmembramentos e aglutinações, e hoje correspondem aos 158 imóveis que compõem o atual patrimônio imobiliário.

A quantidade de imóveis que ingressaram no patrimônio da Instituição nos séculos XVIII, XIX e XX foi equivalente, porém, diferenciada na forma de aquisição. No século XVIII, destacou-se aquisição através de compra direta e arrematação em praça e, nos séculos XIX e XX, de doações legadas em testamento.

De maneira geral, há um equilíbrio entre os imóveis comprados e doados, que ainda hoje compõem o patrimônio. Esse equilíbrio reflete a existência de uma dualidade. Se, por um lado, parte do patrimônio foi doada, por outro, foi adquirida através de uma intervenção da Instituição por compra, dação em pagamento de dívidas ou construções que, por sua vez, só foi possível em face do recebimento de doação de bens não imóveis, como dinheiro, títulos, jóias etc., que geraram recursos financeiros suficientes para possibilitar esse tipo de investimento.

Assim como há o acúmulo de bens imóveis, há, também, as perdas patrimoniais. Neste aspecto, a análise quantitativa ficou prejudicada devido à falta de controle no registro das vendas, desapropriações e outros fatores determinantes da perda da propriedade.

Além da sistematização de fatos, um outro aspecto que promoveu o aparecimento de lacunas nos registros do controle patrimonial decorreu dos diversos acordos verbais realizados entre a Instituição e o poder público, quando da execução de intervenções urbanas na cidade do Salvador.

Nesse sentido, ficou evidente que o patrimônio da SCMB está situado no centro antigo da Cidade, predominantemente nas freguesias da Sé e da Conceição da Praia, locais de grande importância política e comercial, onde foram colocadas em prática importantes políticas de intervenções urbanas, que marcaram o processo de modernização de Salvador, principalmente no século XIX e início do XX.

Perfil patrimonial entre os séculos XVIII e XX

Tabela 1 - Aquisição de imóveis por século

Período	Nº de imóveis	%
Antes do Século XVIII	2*	0,5
Século XVIII	120	32,8
Século XIX	132	36,1
Século XX	100	27,3
<i>Não identificado</i>	12	3,3
Total	366	100,0

* Trata-se do atual prédio administrativo da SCMB, que anteriormente abrigou o Hospital São Cristóvão e de um imóvel na Rua do Tijolo.

Tabela 2 - Permanência de imóveis no Patrimônio da SCMB

Descrição	Nº de imóveis	%
Imóveis que permanecem no patrimônio	214	58,5
Imóveis que saíram do patrimônio	111*	30,3
Nº de imóveis sem definição	41	11,2
Total	366	100,0

* Dos 111 imóveis que saíram do patrimônio, apenas 76 possuem documentação que confirma a saída.

Tabela 3 - Síntese das formas de aquisição de imóveis

Formas de Aquisição	Nº de imóveis	%
Doações	141	40,0
Compras / Arrematações	133	37,8
Construídos pela SCMB	50	14,2
Resgates de Dívida	20	5,7
Outras formas de aquisição	8	2,3
Total	352 *	100,0

* Foram excluídos desta análise os 12 imóveis cuja procedência não foi identificada e os 2 imóveis adquiridos antes do século XVIII (ver Tabela 1).

Tabela 4 - Propriedade do terreno

Propriedade do Terreno	Nº de imóveis	%
Terrenos Próprios	287	78,4
Terrenos Foreiros	64	17,5
Não identificado	15	4,1
Total	366	100,0

* Dos 64 imóveis em terrenos foreiros, 48 pertenciam a Irmandades e Ordens Religiosas.

Tabela 5 - Distribuição dos imóveis nas freguesias de Salvador

Freguesia	Nº de imóveis	%
Sé ou São Salvador	111	31,3
N. Senhora da Conceição da Praia	68	19,1
Santana do Sacramento	51	14,4
São Pedro Velho	47	13,2
SS. do Pilar	24	6,8
SS. da Rua do Passo	14	3,9
N. Senhora da Penha	10	2,8
Santo Antônio Além do Carmo	9	2,5
N. Senhora de Brotas	8	2,3
N. Senhora da Vitória	8	2,3
N. Senhora dos Mares	5	1,4
total	366	100,0

* Foram excluídos desta análise 10 imóveis localizados em outras cidades e 1 imóvel localizado na freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, área suburbana.

Interferências externas

das na Rua da Vala, atual Rua Dr. J. J. Seabra, conhecida popularmente como Baixa dos Sapateiros. Essa intervenção, iniciada por volta de 1849, durou cerca de 16 anos, e foi responsável pelo surgimento de uma importante via de comunicação que ligava várias freguesias. Posteriormente, a Rua da Vala tornou-se uma das principais artérias da cidade (NASCIMENTO, 1986).¹⁴ Nesse trecho, entre os anos 1899 e 1916, a SCMB construiu, nos fundos dos imóveis situados na Ladeira de São Miguel (atual rua Frei Vicente) e rua do Maciel de Baixo (atual rua Gregório de Matos), 6 lojas comerciais com frente para a rua da Vala.

O processo de modernização se estendeu até o século XX. O desenvolvimento do comércio internacional e dos meios de comunicação ampliou ainda mais o papel do Estado, desencadeando grandes intervenções na cidade. As obras realizadas

pelo governador J. J. Seabra (1912/16) estabeleceram o verdadeiro rompimento com a cidade colonial (FERNANDES; GOMES, 1992).

A modernização do início do século XX foi concebida a partir de três elementos: fluidez, salubridade e estética. A idealização da cidade fluida foi refletida fundamentalmente no melhoramento do Porto, no estabelecimento de ligações consideradas essenciais para a articulação da cidade (Centro-Porto, Centro-Periferia) e através de abertura e alargamento de vias (Av. Sete de Setembro, rua Chile, rua da Misericórdia, entre outras), eliminando, com isso, obstáculos para o transporte de pessoas e mercadorias, além de execução de calçamento das ruas e implantação de passeio para pedestres.

A questão da salubridade tornou-se efetiva através das políticas de saneamento que chamaram atenção e promoveram um programa de remoção dos elementos locais, considerados agentes difusores de doenças epidêmicas: lixo, esgoto, água poluída, habitação superlotada (cortiços) e pouca ventilação (HOCHMAN, 1998).

A preocupação com a estética vem desde o século XIX. O embelezamento tornou-se uma necessidade para a Cidade, tanto dos espaços públicos quanto dos privados. Nos espaços públicos, cuidou-se do embelezamento das ruas, praças e jardins, através da utilização de esculturas e ornamentos, de arborização e iluminação. Nos espaços privados, a nova forma de morar foi orientada pelas novas leis sanitárias, novas técnicas de construção e os novos materiais como o vidro e o ferro. As casas, principalmente as mais abastadas, utilizaram ao máximo os materiais importados e empregaram as formas arquitetônicas como símbolo de posição social (REIS FILHO, 1997).

As primeiras experiências de urbanismo moderno ocorreram com a modernização do porto e a remodelação do centro de negócios na Cidade Baixa, entre 1906 e 1921 com a abertura das ruas na Cidade Alta entre 1912 e 1916 (FERNANDES; SAMPAIO; GOMES, 1999). Nas duas intervenções, imóveis de propriedade da SCMB foram afetados.

Na Cidade Baixa, o processo de modernização afetou os imóveis da SCMB em três pontos:

- O primeiro, iniciado em 1908, com as obras para melhoramento do porto, na região do Pilar. Nessa intervenção, 9 imóveis foram desapropriados pela Companhia Cessionária das Docas do Porto da Bahia S/A. As obras perduraram até 1923 (PINHEIRO, 1998).
- O segundo, na região da Conceição da Praia, em 1910, quando 2 imóveis situados na rua das Portas da Ribeira, atual rua da Conceição, foram desapropriados pela Empresa de Obras do Porto.
- O terceiro, dizia respeito à região conhecida como Comércio, freguesia da Conceição da Praia, quando, em 1911, 45 imóveis foram parcialmente desapropriados pela União Federal, para o alargamento e alinhamento das ruas, sendo posteriormente reconstruídos pela SCMB, na área remanescente.

Os 45 imóveis, que foram parcialmente desapropriados, demolidos e posteriormente reconstruídos, resultaram num conjunto arquitetônico de 12 prédios, com características históricas e tipológicas semelhantes, ou seja, construídos de acordo

com as exigências sanitárias e estéticas da época. O traçado das ruas, as linhas construtivas das edificações e seus elementos decorativos traduziam o espírito modernizador que atuou na urbanização da Cidade.

Sobre a questão estética, que inspirou as intervenções urbanas em Salvador nas primeiras décadas do século XX, cabe ressaltar a importância da influência europeia, pois, até o século XIX, o referencial cultural brasileiro foi a Europa. Pode-se observar que todas as manifestações culturais ocorridas no Brasil tiveram alguma relação com o que acontecia na Europa. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a dependência econômica em relação ao capital industrial (FABRIS, 1987; REIS FILHO, 1997).

Os países que mais influenciaram no processo de modernização de Salvador foram a França e a Inglaterra. A França, como inspiração idealizadora da cidade civilizada, através do seu “novo modo de viver e morar”, e a Inglaterra como suporte para a implantação dessa cidade, através da introdução das inovações tecnológicas.

O ideal francês, inspirado na Grécia antiga, manifestou-se grandiosamente na construção de teatros, museus e câmaras municipais, refletindo suas formas rigorosas e claras, inclusive nas residências. O planejamento urbano brasileiro assumiu uma importância especial após a execução da grande reforma urbana de Paris. A criação de grandes avenidas, os *boulevards*, tendo como objetivos o embelezamento e a segurança da cidade, fez com que Paris assumisse a própria imagem da França. A cidade tornou-se o centro universal da vida social, da cultura e das artes: referência em beleza e civilidade, a verdadeira Capital do século XIX.

A influência inglesa ocorreu sob dois aspectos: o primeiro concernente à introdução das inovações tecnológicas, através da importação de produtos industrializados (ferro, vidro etc.), e o segundo, através do movimento historicista expresso em todas as artes, especialmente na arquitetura: o ecletismo.

Os prédios da SCMB, assim como muitos outros nessa mesma região da Cidade Baixa, são exemplos da influência europeia em Salvador no início do século XX.

As intervenções urbanas ocorridas na Cidade Alta, também concebidas pelos elementos fluidez, salubridade e estética, sob inspiração dos ideais europeus, tiveram como maior expressão o alargamento da Av. Sete de Setembro e das ruas Chile e Misericórdia.

Na Cidade Alta, 12 imóveis de propriedade da SCMB, localizados na freguesia da Sé, foram totalmente desapropriados e 3 parcialmente. Tem-se, como exemplo, o alargamento da antiga rua direita da Misericórdia, atual rua da Misericórdia, onde 9 imóveis, além do edifício sede, foram afetados.

Em frente à Igreja, a SCMB possuía 3 imóveis que, em 1916, foram parcialmente desapropriados pela Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e pelo Município. O alargamento da rua para implantação do bonde transformou todas as casas que ali existiam e mudou completamente a imagem local. As 15 casas originais foram demolidas e, no terreno remanescente, foram construídos 4 prédios de acordo com as novas posturas, tais como: embelezamento da fachada conforme gosto da época, iluminação e ventilação natural e revestimento de azulejo na cozinha (ver Planta 1).



Planta 1 - Fachada oeste dos imóveis nº. 3, 5, 7 e 9 da rua da Misericórdia – 2001.

Fonte: Arquivo do Departamento Patrimonial.

O projeto para construção dos prédios foi apresentado à Intendência Municipal em 16 de janeiro de 1917, e aprovado em 14 de fevereiro do mesmo ano, com a seguinte recomendação “... deverão ser impermeabilizadas as paredes dos compartimentos destinados a banheiro e latrina até a altura de 1,50m”, conforme Documento 917/02, guardado no Arquivo Público Municipal.

Para Fernandes, Sampaio e Gomes (1999), o modelo urbanístico adotado até então encerra-se em 1933, com a derrubada da Sé¹⁵, embora dados levantados revelem que, entre 1935 e 1948, 9 imóveis nas freguesias da Sé, São Pedro e Conceição da Praia sofreram intervenções diretas da Prefeitura Municipal: 2 foram demolidos, 6 foram desapropriados e 1 foi permutado.

Todas essas obras afetaram o patrimônio imobiliário da SCMB. Se, por um lado, houve muitas desapropriações e demolições, por outro, a qualificação do espaço urbano valorizou os imóveis das áreas atingidas. Cabe lembrar, que, nos séculos XVIII, XIX e XX, a grande maioria dos imóveis da SCMB estava localizada nas áreas mais afetadas pelo processo de modernização urbana da Cidade: as freguesias da Sé, Conceição da Praia, São Pedro e Pilar que, juntas, representavam 70,3% dos seus imóveis.

Entretanto, a matéria publicada no *CREATIVO*, intitulada *Epucs Revoluciona Cidade* (2000), afirma que o primeiro plano de desenvolvimento de Salvador só aconteceu 400 anos depois da sua fundação, em meados do século XX, a partir do surgimento do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (Epucs), que resultou na expansão da cidade através das avenidas de vale, Av. Centenário, Vasco da Gama, Contorno, entre outras.

O Epucs foi criado em 1942, pelo governador Otávio Mangabeira, e coordenado pelo engenheiro sanitário Mario Leal Ferreira. Pode-se dizer que o Epucs revolucionou a arquitetura na Bahia, reunindo profissionais de diferentes áreas, como arquitetos, engenheiros, urbanistas sanitários, advogados, médicos e sociólogos. Esse escritório aplicou em Salvador o conceito de urbanística moderna, cujo principal compromisso era pensar a cidade na sua totalidade (EPUCS..., 2000, p. 4), o que pode ser confirmado por Fernandes, Sampaio e Gomes (1999, p. 176), quando dizem: “... suas idéias e procedimentos o tornaram uma das experiências pioneiras na história do planejamento e do urbanismo no Brasil.”

Desde então, o papel do Estado se fortificou, e o poder concedido aos políticos tornou-se o reflexo de suas obras urbanísticas, desde as intervenções propriamente ditas à criação das legislações urbanas para direcionar o crescimento das cidades.

A partir da década de 1970, os problemas urbanos tornaram-se mais complexos, principalmente em decorrência do aumento da população, o que acentuou a carência de habitação, infra-estrutura e a especulação imobiliária. Na gestão do governador Antônio Carlos Magalhães (1971/75) foi iniciado o que hoje é chamado de “tardia modernidade”: a descentralização político-econômica da cidade, marcada pela transferência do setor administrativo estatal do centro antigo da cidade para o CAB – o novo Centro Administrativo da Bahia, na Av. Paralela.

As intervenções urbanas ocorridas no início da 2ª metade do século XX afetaram negativamente o patrimônio da SCMB. A expansão da cidade para bairros afastados do antigo centro, juntamente com a transferência do poder político, acarretou o enfraquecimento comercial e a desvalorização imobiliária do centro da cidade, em especial a área hoje chamada Centro Histórico, local de maior concentração do patrimônio da SCMB.

Segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (1995, p.17) “O esvaziamento do Centro Histórico, até então considerada área nobre, provocou a venda ou o aluguel dos imóveis que foram sendo ocupados por pequenos comerciantes [...] A partir dos anos 30, o Pelourinho-Maciel passou a ser utilizado pela atividade prostitucional, chegando ao final do século XX como [...] um lugar perigoso para todos: seus prédios desmoronando e vielas infestadas de crimes expunham o visitante incauto com a probabilidade de ser esfaqueado ou atingido pela alvenaria em queda.” (INSTITUTO..., 1995, p. 29). A atividade prostitucional e a criminalidade contribuíram para o seu empobrecimento crescente e o isolamento do bairro do todo da cidade.

Os últimos anos do século XX foram marcados por uma política voltada ao fortalecimento do turismo, fato que definiu a nova área como de desenvolvimento produtivo da população. Para tal, foi realizado pelo Governo do Estado um amplo programa para recuperação do Centro Histórico de Salvador, que “... uniu projetos de intervenção física à revitalização social e tem na atividade cultural um novo e forte vetor de destinação econômica dirigida para o turismo e o lazer.” (INSTITUTO..., 1995, p. 10).

O desenvolvimento desse programa, que “... realizou melhoria dos serviços básicos através da implantação e complementação de infra-estrutura urbana em rede de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, e telefone...” (INSTITUTO..., 1995, p. 23), trouxe benefícios e perdas para a SCMB. Tendo em vista que grande parte de seus imóveis encontram-se no Centro Histórico e adjacências, pode-se afirmar que muitos foram beneficiados por todos esses serviços, bem como tiveram o seu valor comercial aumentado. Por outro lado, a necessidade de instalação de equipamentos condizentes com o programa acarretou várias desapropriações patrimoniais.

Jealva Ávila Lins Fonseca é arquiteta do Departamento de Gestão Imobiliária e Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Professora da UFBA e atua em projetos. Este artigo é baseado na sua dissertação de mestrado, defendida em 2002 no PPG-AU/FAUFBA, sob a orientação da prof. Maria Helena Flexor.

NOTAS

- ¹ Dados levantados pela SCMB, junto à Confederação Internacional das Santas Casas de Misericórdia, para realização do *Solene Congresso Extraordinário e Mundial – 500 anos das Misericórdias*, no ano 2000.
- ² “O Padroado Real Português se define como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa Portuguesa, como patrono das missões Católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil. Começou com Nicolau V em 1452. A instituição do Padroado na América permitiu não só o domínio da terra, mas também, possibilitou a criação do imaginário religioso, foi um dos elementos importantes na apropriação do espaço e do tempo dos povos da América e determinou o processo de ocupação materializado através da atuação missionária no Novo Mundo.” (HERNANDEZ, 2000, p. 17)
- ³ O Arquivo Histórico da SCMB possui documentos de 1629 aos dias atuais, que contemplam diversas atividades da Santa Casa, bem como fatos históricos e pitorescos que podem ser encontrados em livros, correspondências, registros de enterramentos (inclusive de escravos), despachos, atas e muitos outros.
- ⁴ Este prédio, situado na rua da Misericórdia, ao lado do prédio da Santa Casa, começou a ser edificado em 1705 e foi inaugurado em 1716. Nele eram recolhidas moças donzelas para saírem dali casadas. O Recolhimento do Santo Nome de Jesus funcionou até 1862, quando foi transferido para o Internato N^o Sr^a da Misericórdia (COSTA, 2001, p. 21-29).
- ⁵ A Roça do Campo da Pólvora, atual Complexo Pupileira, foi comprado pela SCMB à Sociedade São Vicente de Paulo. “O Internato foi inaugurado em 29 de junho de 1862 [...] com 45 internas, 20 que vieram do Recolhimento e 25 do antigo internato São Vicente de Paulo.” (COSTA, 2001, p. 41).
- ⁶ A Santa Casa de Misericórdia da Bahia foi a primeira instituição a ter uma Roda (Roda dos Expostos, também conhecida como Roda dos Enjeitados) no Brasil. A Roda foi instalada em 1734 no Prédio do Recolhimento. Em 1862 foi transferida para a Casa da Roda, na Roça do Campo da Pólvora, onde funcionou por 201 anos, até 1935. O Asilo dos expostos funcionou inicialmente nas instalações do Internato. “As crianças postas na Roda eram recolhidas e abrigadas numa dependência do Internato, localizada na área externa do prédio central, dependência que foi demolida, em 1874, para, no local, ser construída a Capela de N^a S^a das Vitórias. Essas crianças passaram a ser abrigadas em novas instalações.” (COSTA, 2001, p. 30-37, 60-61).
- ⁷ O Asilo de Beneficência foi construído pela SCMB em terreno de propriedade da mesma, no Largo de Nazaré, vizinho ao Hospital Santa Izabel (COSTA, 2000, p.113-116). O Asilo, que foi transformado no Sanatório Manoel Vitorino, foi desapropriado em 1944 e passou a ser Hospital da Base Naval (COSTA, 2000, p. 80-87).
- ⁸ O Asilo Ernestina Guimarães foi criado para cumprir o legado que fez à Santa Casa a Sra. Ernestina Esteves dos Santos Guimarães, que deixou imóveis, dinheiro, apólices e jóias para construir e prover um asilo “[...] destinado a viúvas pobres envergonhadas, de bom comportamento, que sejam velhas e não possam trabalhar.” (COSTA, 2001, p. 117).
- ⁹ A assistência aos presos foi atribuída à SCMB em 1622, pelo Rei de Portugal D. Felipe III (IV da Espanha). Até o final do século XIX a Irmandade manteve a alimentação, vestuário e medicamentos, quando passou a ser um dever do Estado (COSTA, 2001, p. 79-84).
- ¹⁰ O Asilo de Mendicidade foi instituído pelo Governo Provincial em 22 de maio de 1862. Durante a administração da SCMB chegou a abrigar 350 mendigos (COSTA, 2001, p. 98-102).
- ¹¹ Em 1869, o Governo da Província e a SCMB estabeleceram um contrato para fundação e administração do Hospício São João de Deus, inaugurado em 1874 e administrado pela SCMB até 1911. No início de 1912, o hospício passou a ser responsabilidade do Estado (COSTA, 2001, p. 103-108).
- ¹² O Hospital dos Lázarus, propriedade do Governo do Estado, foi criado em 1784 e inaugurado em 1787, no local conhecido como Quinta dos Padres, posteriormente Quinta dos Lázarus. Esta Quinta tinha uma grande área de terreno, onde havia o Cemitério Quinta dos Lázarus (COSTA, 2001, p. 109-112).
- ¹³ O registro de imóveis em “Cartório de Registro de Imóveis” passou a ser exigido a partir de 1916, com o advento do Código Civil Brasileiro, instituído em 1^o de janeiro de 1917 (Lei 3.071). Anteriormente, pela Lei 840 de 1855, era exigida a escritura pública na compra e venda de imóveis (FRIDMAN; RAMOS, 1992, p. 191).
- ¹⁴ Segundo Ana Nascimento (1986, p. 42), no século XIX, “[...] a rua da Vala foi certamente, o grande melhoramento, em matéria sanitária e via pública, que preocupou mental e materialmente vários presidentes da província, que bem souberam compreender sua grande utilidade em matéria de facilidade de locomoção, canalização de água e esgoto, drenagem, e aproveitamento de terrenos para construção e para cultura de subsistência.”
- ¹⁵ “Em Salvador, pode-se dizer que esta primeira fase da constituição de uma experiência urbanística moderna na linha demolidora encerra-se com um evento para-digmático (sic): a derrubada da quinhentista Sé Primacial do Brasil, em 1933 para ampliação de uma linha de bonde.” (FERNANDES; SAMPAIO; GOMES, 1999, p. 175).

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Carlos Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa de Portugal da Universidade Católica Portuguesa, 2001.
- CALMON, Jorge. Fixação da data da fundação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. In: *Atas da Junta Deliberativa*. Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Salvador, 1999.
- COSTA, Paulo Segundo. *Hospital da Caridade (São Cristóvão/Santa Izabel) da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto & Arte, 2000.
- _____. *Ações sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto & Arte, 2001.
- EPUCS revoluciona a cidade. CREATIVO, Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, Salvador, p. 4-5, maio 2000.
- FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. Bauru: EDUSP; São Paulo: UNESP, 2001. p. 227-243.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueira. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: _____. (Org.). *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA / FAUFBA / MAU; ANPUR, 1992. p. 53-68.
- _____. SAMPALHO, Heliodoro; GOMES, Marco Aurélio de Filgueira. A constituição do urbanismo moderno na Bahia, 1900-1950: construção institucional, formação profissional e realizações. In: LEME, Maria Cristina (Org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP / FUPAN, 1999. p. 167-182.
- FRIDMAN, Fânia; RAMOS, Carlos Alexandre. A história da propriedade da terra no Brasil. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueira (Org.). *Cidade e história: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA / FAUFBA / MAU; ANPUR, 1992. p. 187-195.
- HERNANDEZ, Maria Hermínia Olivera. *O patrimônio territorial do Mosteiro de São Bento*. Salvador: 2000. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec / Anpocs, 1998.
- INSTITUTO do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia-IPAC. Bahia - Centro Histórico de Salvador, programa de recuperação. Salvador: Corrupio, 1995.
- MELÍCIAS, Vitor. Obras de Misericórdia: sete mais sete são quatorze... e as outras. In: COLEN, Maria Gabriela Barbosa; CORDEIRO, Maria Teresa Salema. *As obras de Misericórdia para o século XXI*. Lisboa: Moinho dos Ventos, 1998.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador - aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- PENTEADO, Pedro. Confrarias. In: MARQUES, João Francisco; GOUVEIA, Antonio Camões (Org.). *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, Francia e Bahia; la difusión y adaptación de los modelos urbanos europeos.*, 1998. Tese de Doutorado – Universidad Politécnica de Catalunã, Barcelona, 1998.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- RUSSELL-WOOD, Anthony J. R. *Fidalgos e filantropos; a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.
- _____. *A Santa Casa de Misericórdia a serviço do homem*. Salvador: Contexto & Arte, 1999.
- _____. *Universalidade das Santas Casas; 500 anos de cultura lusófona*. Salvador: Contexto & Arte, 2000.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997.
- SILVA, Ferreira da. *A Rainha D. Leonor e as Misericórdias portuguesas*. Lisboa: Reis do Livro, 1998.